



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
DIVISÃO DE OBRAS

**RELATÓRIO DE ELABORAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
REFERENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO
PREDIAL, TRABALHO PERICIAL E DIAGNÓSTICO NO PRÉDIO ANEXO AO
PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (0131178-
64.2021.8.16.6000)**

A elaboração da planilha orçamentária referencial para a contratação da reforma do elevador de santa felicidade, conforme SEI! 0131178-64.2021.8.16.6000, foi realizada seguindo os preceitos da Instrução Normativa deste TJPR IN 09/2019 e em conformidade com o Tribunal de Contas da União – Orientações para elaboração de Planilhas Orçamentarias de Obras Públicas.

Os serviços a serem contratados são classificados como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Para a estimativa do valor a ser contratado, foi elaborada planilha orçamentária com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado, por meio de cotações comerciais obtidas com empresas especializadas na elaboração de laudos técnicos de inspeção predial.

A cotação de preços foi conduzida com base em critérios objetivos de comparabilidade, considerando empresas regularmente constituídas e atuantes no ramo pertinente ao objeto. Abaixo, apresenta-se o demonstrativo das cotações obtidas:

Orçamento Laudo						
Empresa	Responsável	Telefone	Vistoria	CNPJ	Total	
Pistis Assessoria	Lucas Santos	99916-1684	29/01/2025	53.805.705/0001-42	R\$ 163.860,00	VALIDADA
Camara Construtora	Marcos Rocha	99762-7048	29/01/2025	32.861.439/0001-03	R\$ 181.000,00	VALIDADA
FES Laudos de Engenharia LTDA – ME	Felipe Bilinski	99780-4318	29/01/2025	27.739.584/0001-78	R\$ 35.000,00	INEXEQUIVEL
BACE - REGULARIZAÇÕES & LAUDOS TÉCNICOS LTDA	Tiago Bolfarini	99902-0865	29/01/2025	55.175.907/0001-83	R\$ 183.250,00	VALIDADA

PREÇO MÁXIMO R\$ 163.860,00

Com base na análise das propostas apresentadas, considerou-se inexequível a cotação de menor valor, no montante de R\$ 35.000,00, por se tratar de valor significativamente inferior aos demais obtidos, não sendo compatível com a complexidade e a natureza técnica dos serviços demandados.

Dessa forma, **o preço estimado da contratação foi fixado em R\$ 163.860,00**, com base na proposta válida de menor valor apresentada pela empresa Pistis

Assessoria, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa na IN nº 09/2019, que permitem a utilização de pesquisa de mercado como parâmetro para definição do valor estimado, desde que observadas as devidas justificativas.

Conforme dispõe o art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 09/2019 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na ausência de valores abrangidos pelo Sistema SINAPI ou por outras tabelas de referência oficiais, a pesquisa de preços poderá ser realizada por meio de pesquisa com os fornecedores, entre outros parâmetros admitidos pela norma.

"Art. 3º Nas hipóteses em que os valores de custos unitários de insumos ou serviços não estejam abrangidos pelo Sistema SINAPI, nem por qualquer outra tabela de referência citadas no § 1º do artigo 2º, o Departamento de Engenharia e Arquitetura deverá realizar pesquisa de preços, mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma individualizada ou combinada:

[...]

IV - pesquisa com os fornecedores."

A planilha orçamentária resultante da cotação foi anexada aos autos e compõe parte integrante da fundamentação técnica deste parecer, servindo de referência para a definição do preço máximo aceitável na licitação. As postostas comerciais que embasam podem ser consultadas em Cotação COTAÇÕES (11440772).

COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS

Para a presente contratação, não foram utilizadas composições unitárias oriundas de bases oficiais como SINAPI, ORSE ou SCO, uma vez que os serviços a serem contratados não estão contemplados por essas tabelas, por se tratarem de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, como a emissão de laudo técnico de inspeção predial.

BASES REFERENCIAIS

A base referencial utilizada foi exclusivamente composta por cotações comerciais obtidas junto a fornecedores especializados, em conformidade com o artigo 3º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 09/2019 do TJPR, que autoriza a utilização de pesquisa de mercado com fornecedores na ausência de parâmetros em sistemas referenciais oficiais.

As cotações foram conduzidas considerando critérios objetivos de comparabilidade entre empresas atuantes no ramo, com comprovação de regularidade fiscal e técnica, sendo descartadas propostas inexequíveis ou desproporcionais à complexidade do objeto. As propostas válidas utilizadas como base de cálculo constam no SEI nº 0131178-64.2021.8.16.6000.

BDI

Considerando que a estimativa de preço para a presente contratação foi realizada exclusivamente com base em cotações comerciais obtidas junto a empresas especializadas, não foi aplicada a metodologia de cálculo do BDI tradicional, como se faz nas composições unitárias baseadas em sistemas referenciais como SINAPI, ORSE ou SCO.


Nas propostas comerciais apresentadas pelos fornecedores, já estão incluídas as margens de lucro, despesas indiretas, riscos, encargos sociais e tributos incidentes, representando o valor final e total para a execução dos serviços ofertados.

Conforme dispõe a Instrução Normativa nº 09/2019 do TJPR, em seu artigo 3º, inciso IV, a utilização de pesquisa de preços com fornecedores é admitida na ausência de preços em sistemas referenciais oficiais, não sendo obrigatória, nesse caso, a decomposição de custos por meio de aplicação de BDI.

Dessa forma, o valor estimado foi fixado com base na menor proposta válida apresentada, considerando-se a razoabilidade do preço frente à média das cotações e à complexidade técnica dos serviços, sem necessidade de cálculo ou aplicação de BDI adicional.

No valor orçado para o objeto deste certame licitatório NÃO foram acrescidas as taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) conforme o regime NÃO DESONERADO. Tal fato não impedirá ao futuro contratado optar pela outra forma de recolhimento (conforme permite a LEI nº 13.161/2015) e assumir eventuais custos ou despesas superiores às definidas na planilha orçamentária.

É apresentado o modelo dos BDI's Máximos a serem adotados conforme Tabela:

EXECUÇÃO DE LAUDO TÉCNICO		
	$BDI = ((1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)) / ((1 - I)) - 1$	
	<small>Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão Nº 2.622/2013 - TCU e Acórdão Nº 2.369/2011 - Plenário</small>	
	PARCELA DO BDI	
	AC	Administração Central
	S+G	Segurança + Garantia
	R	Risco
	DF	Despesas Financeiras
	L	Lucro bruto
	I	Impostos
	TABELA LIMITES PARA BDI	
	BDI PADRAO	
	Não desonerado	
		3,00%
		0,03%
		1,00%
		1,00%
		5,00%
		8,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS*	5,00%
	INSS relativo a CPRB	
	TOTAL	20,77%

* Código tributário Lei Complementar 40 - 5% aplicado sobre 100% do valor base (dedução de 0% relativo a material) - alíquota efetiva 5%, conforme lei municipal XXX/XX

Para o cálculo do ISS, utilizou-se o valor de 5%, referente à Cidade de Curitiba. A elaboração de laudo técnico não se enquadra na lei de desoneração da folha de pagamento.

Curitiba, 19 de maio de 2025.